



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

1

ATA 270

2 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas,
3 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa,
4 em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de
5 Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Tierr
6 Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza, Josemar Severino (Secretaria Municipal de
7 Assistência Social); Cláudia Coneglian (Secretaria Municipal de Educação), Patrícia Ecave
8 (Secretaria Municipal de Indústria, Comercio e Qualificação Profissional), Antonio Ademir
9 Rosa (Secretaria Municipal de Gestão Financeira); Daniele de Antoni Calixto Strack
10 (Secretaria Municipal de Saúde); Matheus Fernandes (Fundação Municipal Proamor de
11 Assistência Social). **Os conselheiros titulares não governamentais**: José Geraldo Berger
12 (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Adrianis Galdino da Silva
13 Junior e Lucia Pereira Wolf (Profissionais da Área de Assistência Social); Marcelo Safraid
14 (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade). **Os conselheiros**
15 **suplentes não governamentais**: Lorene Camargo e Ana Carolina Silva Reis (Profissionais
16 da Área de Assistência Social). Secretária Executiva Carla Buhner Salles Rosa. A reunião
17 contou com as seguintes presenças: Juliano Del Gobo (ER/SEDS/PG), Cleyton dos Reis,
18 Tereza de Jesus Oliveira e Ellen C. Gubert (Casa da Sopa Vó Tereza). A reunião teve a
19 **seguinte pauta**: 1- Apreciação e Aprovação da Pauta, 2- Aprovação das atas: 268 e 269,
20 3- Informes gerais, 4- Apreciação do Projeto “Programa Acolher” e “Projeto PAAM” (enviado
21 por e-mail para apreciação e considerações), 5- Relato do grupo de trabalho sobre o
22 processo eleitoral dos conselheiros representantes da sociedade civil, 6- Relato da
23 Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos, 7- Relato da Comissão de
24 Documentação e Cadastro de Entidades. A presidente Beatriz deu início a reunião
25 realizando a leitura da pauta, o conselheiro Adrianis solicitou inclusão da mudança de
26 endereço do CREAS Central e do CREAS Sentinela, conforme e-mail enviado. Aprovado.
27 2- Aprovação das atas: 268 e 269, aprovadas. 3- Informes gerais, Secretária Carla
28 apresentou os novos conselheiros representantes da Fundação Proamor: Matheus
29 Fernandes e Suelen Francine Rigoni. Comunicado o envio do convite do lançamento do
30 Programa Acolher. Acusado o recebimento de ofício do Secretário/SMAS encaminhando a
31 proposta de Lei de Benefícios Eventuais para apreciação desse conselho, será discutida
32 durante o mês de março na comissão de monitoramento e projetos e seguirá para a plenária
33 no final do mês. Recebido da Vara da Infância solicitação de informações sobre a
34 regularidade dos repasses de verbas e aumento de vagas da Francisclara, já elaborada a
35 resposta pelo of. Nº 01/2016. O conselheiro Adrianis contestou o envio da resposta, tendo
36 em vista que a mesma não foi discutida na comissão. O conselheiro Tierr
37 apresentou o ofício/resposta enviado e colocou que se trata de uma questão administrativa, constando no
38 ofício somente informações, não havendo necessidade de discussão na comissão.
39 Recebido solicitação do IEDC de subvenção social no valor de vinte e seis mil reais para
40 aquisição de uniformes, segue para a comissão, acusado o recebimento do novo estatuto
41 social do IEDC. A secretária executiva Carla comentou que foi realizada uma oficina com as
42 entidades que prestam serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com a equipe do
43 PETI, foi uma capacitação muito produtiva. O Ministério Melhor Viver informou o novo
44 Presidente - Sr. Anderson Roberto Nicolau, relatado o contato com a Divisão de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

45 Monitoramento sobre a apresentação do relatório anual do programa de monitoramento,
46 colocado que há duas possibilidades: neste mês ou no início da nova gestão, decidido fazer
47 no início da próxima gestão. 4- Apreciação do Projeto “Programa Acolher” e “Projeto PAAM”
48 (enviado por e-mail para apreciação e considerações). Conselheira Claudia elogiou o
49 Programa Acolher e parabenizou os profissionais envolvidos. O conselheiro Adrianis elogiou
50 a iniciativa, mas observou que não foi apresentado o Plano de Trabalho, quanto ao Projeto
51 das Mulheres, colocou que sentiu falta de dados estatísticos na justificativa, bem como de
52 uma introdução que trate da violência contra a mulher como um fenômeno social, sugeriu
53 que o trabalho seja feito em conjunto com o Centro da Mulher, colocou que não se pode
54 perder de vista que dentro do PMAS os trabalhos da proteção social especial devem ter
55 estreito laço com o trabalho social com famílias e indivíduos, questionou o verbo “Cessar”
56 utilizado no objetivo, como é possível cessar a violência contra a mulher? Observou que o
57 projeto carece da possibilidade de trabalho social com famílias, no CRAS, a superação de
58 uma vulnerabilidade pessoal está ancorada no trabalho com o meio onde ocorre violência.
59 Conselheira Ana Carolina falou que devido ao seu estreitamento com esta realidade gostaria
60 de fazer algumas observações ao projeto, colocou que percebeu que o projeto foi feito “a
61 toque de caixa”, o agravamento da violência não ocorreu de um mês para o outro e que este
62 ano muitos projetos vão “pipocar” nesta mesa. A parte escrita ficou vaga, por exemplo: 1-
63 “iniciativa de qualificar os serviços especializados”; 2- “suas ações embasam nas
64 prerrogativas expostas na tipificação”, quais?, 3- “necessidades imediatas”, quais? 4-
65 “promover a inserção na rede”, qual rede? questionou se a equipe será própria para este
66 programa ou a equipe do CREAS será dividida. Presidente Beatriz respondeu que o projeto
67 não foi feito “a toque de caixa”, vem falando desse projeto há muito tempo e só não foi
68 possível implantar no ano passado por conta do RH, colocou que tem sentido na pele esta
69 demanda, também não foi de cunho político e quando foi constituída a equipe tiveram o
70 maior cuidado em fazer escalas para que não descobrisse o CREAS POP. Conselheiro
71 Adrianis alertou que a escrita dentro do projeto é tecnicamente pobre, ao se terminar de ler
72 um projeto ele tem que convencer pela sua pertinência, ambos os projetos carecem de
73 escrita objetiva, as gerências têm que cuidar com o que escrevem. Conselheiro José
74 Geraldo sugeriu que os projetos retornem para quem é de direito e sejam aperfeiçoados,
75 acolhendo essas considerações. O conselheiro Adrianis comentou que os dois projetos que
76 foram apreciados são ad referendum, então aprovados estão. Projetos aprovados, porém
77 devem ser reescritos e reapresentados, acolhendo as considerações, **conforme**
78 **Resolução/CMAS/Nº01/2016**. 5- Relato do grupo de trabalho sobre o processo eleitoral dos
79 conselheiros representantes da sociedade civil. Conselheiro José Geraldo relatou que foi
80 realizada uma reunião com o presidente da Associação das Entidades, na qual foi decidido
81 que o regulamento da eleição será embasado na lei vigente, uma vez que o projeto para
82 alteração da lei do CMAS ainda está no Gabinete do Prefeito para ser enviado para a
83 Câmara. Em diálogo com o presidente da Câmara, o mesmo se colocou a disposição para
84 colaborar, mas disse que o prazo é estreito. O regulamento tem que sair, a eleição ficou
85 determinada para ocorrer dia trinta de março, podendo ser realizada no Asilo São Vicente de
86 Paula, das 13:30 às 17:00 h, o importante hoje é formar a comissão, quem for candidato não
87 pode participar da mesma. O conselheiro comentou que, hoje, seria importante a
88 participação de todos os conselheiros titulares e suplentes não governamentais para



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

89 verificar quais conselheiros seriam candidatos e quais poderiam participar da comissão
90 eleitoral, mas infelizmente nem todos estão presentes. A Presidente Beatriz falou que está
91 preocupada com a incorporação pelo CMAS da instância de controle do Programa Bolsa
92 Família. Conselheiro Adrianis respondeu que este fato foi discutido bastante e a comissão
93 chegou a um veredicto: o executivo terá que arcar com o ônus disso. Conselheiro Tierri falou
94 que é possível fazer a eleição com a lei antiga e a partir do momento que a nova lei passe a
95 vigorar o Conselho do PBF será incorporado pelo CMAS. Como não houve consenso neste
96 assunto, ficou decidido que será realizada uma consulta ao procurador jurídico. Foi
97 intensamente discutido quem serão os conselheiros não governamentais que farão parte da
98 comissão, um grande número de conselheiros será candidato à reeleição e não poderão
99 fazer parte da comissão. A conselheira Ana Carolina não será candidata e se colocou a
100 disposição para fazer parte da comissão eleitoral. Conselheiro Adrianis ponderou que se
101 fossemos olhar as listas de presença veríamos conselheiros titulares com cinco presenças,
102 quando muito, as comissões deixaram de existir, conselheiros ficaram se desgastando
103 tardes e tardes resolvendo problemas e agora, na época da eleição, os conselheiros que
104 não estiveram presente nas últimas seis ou sete reuniões vão se candidatar, acha isso uma
105 dissonância. O conselheiro Marcelo colocou que justificou os motivos pelos quais não
106 estaria presente no Conselho. Conselheiro Adrianis elencou todos os conselheiros que
107 desistiram durante estes dois anos. Sugerido que a conselheira Ana Carolina seja a
108 presidente da comissão e os demais membros sejam indicados pelas entidades, pelos
109 profissionais e por usuários, de forma paritária. O conselheiro Marcelo sugeriu que, além da
110 conselheira Ana Carolina, a comissão seja formada pelos conselheiros Gilberto e Jackson.
111 Comentado que de acordo com o Regimento Interno do CMAS, o conselheiro Jackson já
112 perdeu o mandato por ausências nas reuniões, mas a proposta foi aceita. A presidente
113 Beatriz colocou as duas propostas para avaliação da plenária. O conselheiro Marcelo entrou
114 em contato com o Sr. Jackson e o mesmo não aceitou fazer parte da comissão. Decidido
115 que cada segmento (entidades, profissionais e usuários) indicará dois membros para
116 participar da comissão, sendo a mesma constituída de sete pessoas. Decidido que o
117 Nucess indicará dois assistentes sociais para compor a comissão, uma vez que o Conselho
118 de Psicologia não possui sede em Ponta Grossa, conforme exposto pela conselheira Lúcia.
119 O prazo máximo para a indicação deverá ser na próxima terça feira (01/03/2016). O
120 conselheiro José Geraldo ficou responsável por avisar o Sr. Laertes da Associação de
121 Entidades para fazer a indicação dos representantes das entidades e estas farão dos
122 usuários. A presidente Beatriz colocou em aprovação a proposta única, aprovado **conforme**
123 **Resolução/CMAS/Nº02/2016**. 6- Relato da Comissão de Monitoramento e Avaliação de
124 Projetos, conselheiro Adrianis falou que foi proposto uma visita técnica para averiguação
125 dos serviços do Centro POP, bem como providências quanto a retomada do projeto de
126 construção do Centro POP, a gestão ficou de apresentar um ofício na data de hoje sobre o
127 andamento da construção. A secretária Carla comunicou que devido ao período de férias
128 esta solicitação à gestão não foi formalizada. O conselheiro Adrianis colocou que a visita foi
129 realizada no dia dezesseis, participaram da mesma a presidente Beatriz e o próprio
130 conselheiro. O Centro POP mudou onde funcionava o Programa Bolsa Família (fundos do
131 Centro de Ação Social) uma casa sem identificação nenhuma, sem placa de identificação,
132 uma recepção improvisada, uma sala para os dois assistentes sociais, uma sala com os



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

133 arquivos para os educadores, uma sala com alguns vestuários, tanto masculino quanto
134 feminino, uma sala para descanso dos funcionários, uma cozinha totalmente em desacordo
135 para o preparo de refeições, precisando ser equipada urgentemente, um refeitório pequeno,
136 um banheiro insalubre usado por homens e mulheres, tanto para necessidades quanto para
137 banhos, espaço externo sem proteção de chuva, a lavanderia se resume em uma máquina
138 de lavar, operada por uma funcionária que é educadora social. Foi questionado sobre o
139 plano de trabalho, o mesmo foi solicitado por ofício, foi tentado com o psicólogo mas como
140 não foi exitoso não se continuou, foi conversado com alguns usuários, nitidamente falta
141 trabalho social, de abordagem, de atendimento e escuta qualificada; na conversa com o
142 usuário se deu conta disso. A assistente social surpreendida em algumas questões, há café,
143 almoço e lanche, não há passagens. O conselheiro Adrianis se reportou a Tipificação para
144 entender quais os aspectos que o serviço deve compreender: ambiente físico: espaço para
145 realização de atividades coletivas ou comunitárias, higiene pessoal, alimentação, espaço
146 para a guarda de pertences, acessibilidade em todos os ambientes de acordo com as
147 normas ABNT. O CREAS POP está em um lugar totalmente insalubre para o serviço que
148 oferta, isso abre uma discussão que começou em junho quando foi solicitado informações
149 sobre a mudança de endereço e a resposta da Gerência Especial foi: “os critérios utilizados
150 para a mudança do CREAS POP não só estiveram baseados no Caderno de Orientações
151 como também nos recursos federais utilizados para o pagamento de aluguel, visto que no
152 ano de 2015 o município não recebeu nenhuma parcela do recurso e o aluguel foi pago com
153 recursos do próprio município. Portanto como medida emergencial foi efetuada a mudança
154 para o imóvel próprio da prefeitura.” O conselheiro comentou que o emergencial se tornou
155 permanente, tem que ser discutido e revisto, não apresenta condições. A Presidente Beatriz
156 falou que acompanhou o conselheiro Adrianis na visita ao CREAS POP e pode dizer que
157 não concorda em algumas questões do parecer, principalmente quando fala em totalmente
158 insalubre, sem nenhuma estrutura, a impressão que se forma é de um ambiente horrível e
159 não é assim, o banheiro concorda plenamente, mas os outros itens podem melhorar sim
160 mas não nas condições que o conselheiro colocou, esteve lá, acompanhou o conselheiro e
161 acredita que ele foi um tanto criterioso nessa questão, haviam poucos usuários no horário
162 da visita, talvez não fosse o momento para se fazer um trabalho, era pela manhã, os
163 usuários estavam chegando, estavam tomando banho, devemos considerar estes aspectos
164 e não ser tão rígido com relação a tudo isso. Conselheira Claudia comentou que o governo
165 federal está atrasando e cortando parcelas e que ficaria mais fácil a compreensão se fossem
166 apresentadas fotos da visita. Presidente Beatriz falou que quando um técnico, ou outro
167 funcionário de um serviço recebe uma visita naturalmente ficará tenso, então, acaba se
168 contradizendo pela própria tensão daquele momento e em se tratando do CMAS, não sabe
169 porque as pessoas têm tanto temor. Conselheiro Marcelo falou que discorda, o técnico que
170 trabalha na área social não pode ter esse tipo de constrangimento diante de uma
171 fiscalização. Presidente Beatriz explicou que não é responsabilidade da educadora social
172 lavar roupa, mas sim um trabalho voltado para que os usuários lavem as suas próprias
173 roupas, a educadora ficou preocupada em dizer que estava fazendo um trabalho educativo,
174 porque as pessoas temem tanto o conselho? É necessário rever isso também. Conselheiro
175 Adrianis falou que o CMAS recebeu orientações do Escritório Regional sobre esse CREAS,
176 o lugar é insalubre e inadequado para o que a política de assistência social propõe, não



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

177 podemos nos furtar do fato que está posto. Conselheira Claudia falou que essa é a opinião
178 do conselheiro Adrianis. O conselheiro respondeu que não tem opinião pessoal dentro do
179 conselho, mas sim opiniões técnicas. Conselheira Lucia perguntou se é possível visitar o
180 CREAS. Presidente Beatriz respondeu que podem ficar a vontade, todos foram convidados,
181 mas só compareceu ela e o conselheiro Adrianis. Conselheiro Adrianis falou que o município
182 está operando um serviço que não pode ter essa estrutura física, são pessoas que já estão
183 em um grau muito alto de vulnerabilidade para tomar banho daquele jeito, para não ter um
184 lugar para ficar além do refeitório e quando chove? o lugar está rodeado por mato, que
185 política emancipatória é essa que está se propugnando? esteve lá não na qualidade de
186 conselheiro, mas na qualidade de técnico. Conselheiro Antonio falou que a partir do
187 momento que houve uma divergência no parecer ficou uma situação complicada.
188 Conselheiro Marcelo falou que não houve divergência, a presidente Beatriz não discordou
189 totalmente, somente fez alguns apontamentos. Presidente Beatriz falou que algumas
190 questões percebidas já foram apontadas para a Gerência Técnica tomar providências.
191 Conselheiro Adrianis falou que se faz necessário equipamentos que vão de encontro a
192 construção da política nesse País, poucas vezes veio para a reunião do CMAS tão
193 desanimado, tem a impressão que tem lutado lutas isoladas, está sozinho nesse conselho,
194 tem dito coisas que ninguém liga, que ninguém dá importância, está esgotado de bater na
195 mesma tecla, sempre sai desse conselho com a ideia que é o opositor numero um, que
196 parece que só para ele as questões são urgentes e emergenciais, está esgotado de ver as
197 coisas passar a brancas nuvens, enquanto isso, ocorre a destruição total de um projeto de
198 assistência social, pediu desculpas e disse que não encontra forças mais para brigar por
199 questões que a gestão não dá a mínima importância, os técnicos que deveriam estar dando
200 o sangue para isso estão vendo a banda passar, só que contra isso são vinte mil usuários
201 que precisam desses serviços, encontra-se esfalfado emocionalmente, essa semana uma
202 conselheira riu dele no e-mail quando questionou uma questão que não é dele, é da política,
203 gastou horas e saúde nesses dois últimos anos, quando ninguém estava nessa mesa para
204 avaliar e para emitir parecer. Presidente Beatriz falou que faz as palavras do conselheiro
205 Adrianis as dela, está esgotada de ouvir, tem muitas coisas a serem feitas, pudera poder
206 cumprir tudo que rege a política de assistência, de saúde, de segurança, de todas as
207 políticas, pode tentar fazer o melhor, mas nunca vai estar dentro daquilo que a política rege,
208 o critério é esse, vocês sempre vão encontrar uma forma de dizer que não está bom, que
209 está péssimo e nunca propor sugestões e adequações, está cansada também. Conselheiro
210 Adrianis falou que o problema dessa gestão é a incompetência de algumas pessoas frente
211 as funções nas quais estão. Presidente Beatriz respondeu que essas incompetências vêm
212 de anos, porque já esta a vinte e cinco anos aqui e percebe essas incompetências.
213 Conselheiros Josemar e Claudia falaram que houve muitos avanços nesses três anos de
214 gestão. Conselheira Lucia falou que não se deve levar para o lado pessoal, o conselheiro
215 Adrianis é exigente, se desgasta falando demais, mas não consegue vê-lo como uma
216 pessoa que não queira ajudar e só criticar, pelo contrário, os conselheiros estão aqui até
217 hoje porque são comprometidos com o serviço. O conselheiro Tierri falou que o parecer da
218 comissão coloca que o espaço é insalubre e perguntou o que pode ser feito, se alguém tem
219 alguma sugestão do que pode ser reordenado e/ou reorganizado, colocou que não ouviu
220 nenhum apontamento positivo, indagou se não tem nada positivo no CREAS POP. O



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

221 conselheiro comentou que esta não é uma situação exclusiva de Ponta Grossa, como
222 participou da conferência nacional compartilhou a situação também de outros municípios.
223 Conselheiro Adrianis colocou que o SUAS, a Política Nacional de Assistência Social, a
224 Tipificação e outros documentos dizem como tem que ser feito, como deve ser organizado,
225 colocou que não vê ações objetivas em torno de lapidar a partir dos marcos legais e
226 orientações técnicas administrativas a operacionalização dos serviços, o Escritório Regional
227 esteve no CREAS POP e fez alguns apontamentos a partir da legislação do MDS sobre
228 esses serviços, o conselheiro colocou que poderia até apontar o que mudar, mas há de ter
229 gente capacitada para isso na gestão. Comentou que foi solicitado o plano de trabalho do
230 CREAS POP, a Comissão vai analisar na próxima reunião para ver como está, não há mais
231 espaço para amadorismo na assistência e ele, como técnico não pode se furtar a isso, disse
232 que prefere ter a cabeça cortada em praça pública a se furtar. Conselheiro Tierri colocou
233 que o governo federal repassa hoje treze mil reais para o CREAS, indagou se com treze mil
234 reais é possível manter uma unidade de CREAS, o governo do estado do PR começou o
235 ano passado um repasse de cinco mil reais por mês para o CREAS POP é um recurso que
236 consegue manter o serviço? Existem problemas que são decididos em gabinetes nacionais
237 e cumpra-se, não é bem assim na prática, tem muitas coisas na Tipificação e na NOB/RH,
238 como quantidades de funcionários, será que é necessário? Treze mil reais, mais nada e
239 exigem uma equipe técnica, com treze mil reais não paga os técnicos com nível superior e
240 os demais? O município tem que arcar, por isso que todos os municípios estão nessa
241 situação, porque é fácil determinar quantidade. Na continuidade, o conselheiro Adrianis falou
242 que foi discutida a questão do acolhimento transitório de idosos pela casa da Acolhida, haja
243 vista que idosos também são moradores de rua, foi discutido na comissão o reordenamento
244 desse acolhimento, a Gerência Especial/Alta Complexidade e a Casa da Acolhida farão a
245 proposta até o mês de abril e apresentarão para a Comissão, na sequência, o conselho vai
246 normatizar esse acolhimento na Casa da Acolhida. Quanto às passagens intermunicipais do
247 CREAS POP, a comissão solicitou informações atualizadas, haja vista que no ano passado
248 a aquisição das passagens ficou meio atravancada. Em resposta a solicitação do
249 CMAS/of.nº02/2016 sobre a aquisição de passagens, a Gerência Especial respondeu
250 (of.nº042/2016) que o processo solicitando a aquisição das passagens (220263/2016) se
251 encontra no DECOM desde 17/02/2016 e estão aguardando a abertura da minuta do edital
252 para publicação. O conselheiro continuou o parecer da comissão colocando sobre a minuta
253 do projeto de lei dos benefícios eventuais, a mesma será estudada pela comissão e vai
254 demorar um pouco, será discutida junto com a proteção social básica, a lei é grande e vai
255 estruturar todos os benefícios municipais, terá que ser aprovada até 2017, pois faz parte do
256 pacto de aprimoramento da gestão do SUAS. 7- Relato da Comissão de Documentação e
257 Cadastro de Entidades, o coordenador da comissão conselheiro Marcelo falou que a
258 comissão apreciou a solicitação de inscrição da Casa de Sopa Vó Tereza, comentou que é
259 uma entidade onde o CRAS utiliza o espaço todas as terças-feiras para o serviço de
260 convivência e fortalecimento de vínculos com as crianças, nas segundas-feiras com os
261 idosos, segundo as normas para inscrição, a entidade não atinge os requisitos mínimos para
262 a inscrição, assim o CMAS será obrigado a indeferir o pedido de inscrição. A comissão está
263 discutindo um tipo de inscrição provisória porque há várias entidades que estão começando
264 e não atingem os mínimos que a lei exige, está se pensando em fazer um regulamento para



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

265 acolher essas entidades, assim estarão sob o olhar do conselho, sendo apoiadas pelo
266 conselho, para que consigam se desenvolver até atingirem os requisitos solicitados pela lei.
267 Essas entidades não terão a inscrição definitiva e estarão sempre em contato com o
268 conselho. Conselheiro Tierrri fez a leitura da resolução 14/2014 do CNAS: “Art. 6º Os critérios
269 para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos
270 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente: I-
271 executar ações de caráter continuado, permanente e planejado”. Conselheiro Tierrri explicou
272 para a Dona Tereza (Casa da Sopa Vó Tereza) que planejamento seria um documento,
273 dentro das normativas, contendo, no mínimo, os dados de identificação, objetivos,
274 metodologia, indicando as atividades realizadas, frequência, recursos humanos, recursos
275 materiais, recursos financeiros, monitoramento e avaliação, deve ser realizado por um
276 técnico da área da assistência. Explicou que a inscrição no Conselho não é um
277 procedimento obrigatório para a continuação da atividade da Casa da Sopa, mas para obter
278 a inscrição as atividades devem ser mais técnicas, planejadas. Secretária Carla falou que o
279 técnico pode ser voluntário, mas tem que ser um planejamento técnico porque é uma
280 prerrogativa de um profissional da área. Conselheira Lucia também realizou algumas
281 explicações para a Sra. Tereza sobre os requisitos para inscrição. Dona Tereza falou que faz
282 13 anos que tem a entidade e 2 anos que está tentando formalizar, já tem todos os
283 documentos certinhos só falta a inscrição do conselho, não importa verba do governo, já tem
284 bastante apoio, tem um projeto dos Estados Unidos e sem a inscrição no CMAS vai perdê-
285 lo. Conselheiro Marcelo falou que após regulamentada a questão da inscrição provisória
286 entrarão em contato para Sra. Tereza reapresentar um novo pedido. Conselheiro Adrianis se
287 colocou a disposição da Sra. Tereza para assessorar nesse processo, como assistente
288 social e não como conselheiro, sem necessidade de remuneração. Conselheiro Marcelo
289 continuou o relatório colocando que a Casa de Apoio ao Cidadão Emergente solicitou a
290 inscrição e pela documentação apresentada não se enquadra como de assistência social, a
291 comissão sugeriu uma visita técnica para definição. O JOCUM solicitou a inscrição para o
292 serviço de proteção social especial de alta complexidade, a comissão solicitou a
293 apresentação de plano de trabalho do serviço de acolhimento para deferimento da inscrição.
294 Aprovado. Item oito da pauta: mudança de endereço do CREAS Central e do CREAS
295 Sentinela. Conselheiro Adrianis disse que escreveu um e-mail para o conselho colocando
296 que observou, por meio do site da prefeitura, que o CREAS/Central havia mudado de
297 endereço novamente (acredita que pela segunda vez em menos de dois anos). Colocou que
298 talvez a mudança esteja ancorada no parecer da vigilância sanitária, acompanhado pelo
299 CMDPI da insalubridade do local para atendimento, porém, mais uma vez, houve pouca e
300 restrita divulgação prévia da mudança. Notou que o novo endereço é o mesmo do
301 CREAS/Sentinela e questionou para onde foi esse serviço, a localização central facilitava o
302 acesso dos usuários. Perguntou se o CMDCA foi consultado, se o CMAS foi consultado, se
303 foi levado em conta os aspectos de acesso ao serviço. Colocou que gostaria de obter
304 respostas a estes questionamentos. A Gerência Especial recebeu o ofício/CMAS Nº02/2016
305 com as indagações solicitadas e respondeu com o ofício Nº 042/2016: *“a funcionária*
306 *administrativa do CREAS Sentinela foi incumbida de repassar todos os ofícios aos*
307 *Conselhos e Programas constando a mudança para o endereço na Rua Governador Bento*
308 *Munhoz da Rocha Neto, s/nº, porém encontrou dificuldades porque os funcionários dos*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

309 *conselhos estavam em recesso. Junto a imprensa da PMPG foi encaminhado, porém ainda*
310 *não houve a divulgação no site. Quanto a razão que levaram as mudanças foi a não*
311 *programação de pagamento de aluguel para mais um serviço desta Gerência. Foi planejado*
312 *mudar o CREAS Sentinela para o antigo Abrigo Masculino e entregar a casa da rua*
313 *Tiradentes, diante do parecer da Vigilância Sanitária ocorreu um acordo com o proprietário*
314 *da residência para a qual foi transferido o CREAS Central". Conselheiro Adrianis falou que o*
315 *CREAS/Central mudou pela segunda vez em menos de dois anos, sem telefone, não houve*
316 *divulgação da mudança e se não havia pagamento de aluguel da sede do CREAS, porque*
317 *mudou? mudou só por causa do parecer? O parecer da vigilância foi no ano passado. O*
318 *CREAS Sentinela foi para o Jardim Carvalho, distante e longe do acesso, o CMDCA foi*
319 *consultado? Não é possível surpreender os Conselhos e a população com essas*
320 *mudanças, não há linguagem clara e objetiva na gestão. Conselheiro Matheus falou que o*
321 *governo não consegue emplacar todas as notícias nos meios de comunicações, porque a*
322 *maioria é particular e estes optam ou não por fazer a matéria. Conselheiro Adrianis falou*
323 *que há um e-mail corporativo junto a divisão de monitoramento, porque não mandam um e-*
324 *mail para as instituições comunicando a mudança do CREAS? É a segunda vez que*
325 *acontece e como se trata de dois serviços essenciais, no mínimo as entidades deveriam*
326 *saber que mudou, havia funcionários aqui de dentro que não sabiam que o CREAS havia*
327 *mudado, é uma decisão de gabinete? Conselheiro Tierri falou que foi por falta de costume.*
328 *Conselheiro Adrianis falou que está avançando para a perspectiva do usuário da política, em*
329 *junho do ano passado houve um parecer embasado pela promotoria, a qual oficiou a*
330 *secretaria de assistência quanto ao CREAS e não foi tomada atitude nenhuma de mudança*
331 *de local, em fevereiro de 2016 mudou o serviço que estava em um local privilegiado, a*
332 *organização na assistência passa por espaços físicos e por referenciais de endereço.*
333 *Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Beatriz de Souza encerrou a*
334 *reunião às dezesseis horas e vinte minutos, agradecendo a presença de todos. Esta ATA foi*
335 *transcrita pela assistente administrativa Patrícia Mitui e redigida por mim, Carla Buhner*
336 *Salles Rosa, secretária executiva que, após aprovada segue assinada por mim e pelos*
337 *demais conselheiros presentes.*